PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 703

“Revoga a Lei Complementar nº 535, de 17 de maio de 2019 e sua alteração, processada pela Lei Complementar nº 548, de 13 de dezembro de 2019, que institui o novo Plano Diretor e Uso e Ocupação do Solo do Município de Campo Limpo Paulista, nos termos do artigo 182 da Constituição Federal, e do Capítulo III da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade”.

Art. 1º Ficam revogadas a Lei Complementar nº 535, de 17 maio de 2019 e sua alteração, processada pela Lei Complementar nº 548, de 13 de dezembro de 2019, permanecendo em vigor as Leis Complementares nº 302, de 9 de outubro de 2006, do Plano Diretor e suas alterações pelas Leis Complementares nº 380, de 24 de novembro de 2009, nº 415, de 22 de fevereiro de 2011, nº 441, de 26 de dezembro de 2011, e a de nº 379, de 24 de novembro de 2009, de Uso e Ocupação do Solo e suas alterações pelas Leis Complementares nº 440, de 26 de dezembro de 2011 e nº 501, de 7 de julho de 2016.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Luiz Antonio Braz
Prefeito Municipal

Campo Limpo Paulista, 25 de Janeiro de 2022.

MENSAGEM Nº 08/2022.

Processo Administrativo nº 6.491/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nobres Vereadores.

Proponente: Poder Executivo

Tramitação:

Excelentíssimo Senhor Presidente:

Estamos submetendo à apreciação dos Excelentíssimos Senhores Vereadores dessa Egrégia Casa Legislativa, o incluso Projeto de Lei Complementar que revoga a Lei Complementar nº 535, de 17 de maio de 2019, que instituiu o Plano Diretor e o Uso e Ocupação do Solo do Município de Campo Limpo Paulista, e sua alteração, a Lei Complementar nº 548, de 13 de dezembro de 2019.

A mencionada norma a ser revogada, pela análise do corpo técnico da Prefeitura, está eivada de imprecisões, inadequações e irregularidades na definição do planejamento e ordenamento urbano do Município. Estas razões estão melhor fundamentadas na análise e diagnóstico da equipe técnica da Prefeitura que acompanham esta justificativa.

Cabe Salientar que a decisão da revogação destas normas contou com o aval dos Conselhos Municipais da Cidade e do Meio Ambiente, cujas atas anexamos a esta mensagem. Foram ainda, realizadas três audiências públicas: no Distrito de Botujuru, no Conjunto Habitacional São José e na Câmara Municipal, nos dias 14,18 e 21 de janeiro, respectivamente.

As Audiências Públicas foram presenciais e virtuais (internet), e previamente anunciadas no sítio da Prefeitura e no Diário Oficial do Estado.

Seguem ainda, para melhor compreensão, o material expositivo utilizado nas Audiências Públicas.

Pelo exposto, fica evidente que a manutenção da vigência da Lei Complementar nº 535/2019, alterada pela Lei Complementar nº 548/2019 traria consequências desastrosas para o planejamento e o ordenamento urbano do Município.

Importante ressaltar que o Município não ficará desfalcado de instrumentos de planejamento urbano em função da legislação ora revogada, pois sua lacuna estará preenchida pelas atuais Leis Complementares nº 302, de 9 de outubro de 2006 (Plano Diretor) e 379, de 24 de novembro de 2009 (Uso e Ocupação de Solo) em plena vigência.

Concomitantemente a esta medida saneadora, estaremos providenciando a revisão do Plano Diretor e da legislação de Uso e Ocupação de Solo indicadas acima, inclusive mediante audiências públicas.

Necessário destacar que as Leis Complementares números 302, de 2006 e 379, de 2009 não foram expressamente revogadas pela Lei Complementar nº 535, de 2019 e sua alteração, a Lei Complementar nº 548, de 2019. Todavia, para não restar dúvidas, pela redação do art. 1º deste Projeto ficam evidente que estas normas permanecem em vigor pelo instituto da repristinação.

Ante o exposto, confiantes no tradicional espírito público dos Nobres Edis, pedimos a análise, discussão e aprovação desta propositura.

Tendo em vista o relevante interesse público da matéria, solicitamos sua tramitação em regime de urgência.

Sendo o que nos apresenta para o momento, reiteramos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Luiz Antonio Braz
Prefeito Municipal